

ISSN: 2319-0124

A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Donizeti L. de SOUZA¹; Maria R. D. AZEVEDO²; Laís R. de PAULA³; Iara M. de FARIA⁴; Thamyris de S. S. LOSKER⁵; Thiago A. de SOUZA⁶

RESUMO

O estudo consiste em uma pesquisa aplicada, de natureza descritiva, que tem como objetivo comparar o desempenho de estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais, considerando as variáveis: (i) tipo de escola (pública e privada), (ii) renda familiar e (iii) cor/raça no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, além de ressaltar a necessidade das ações afirmativas como importante instrumento de inclusão social através da educação. O estudo parte de uma análise documental por meio dos Microdados do ENEM 2020, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, sendo analisadas as respostas de 249.300 respondentes. Os resultados obtidos permitem concluir que o desempenho no ENEM possui relação com a renda familiar, com o tipo de escola no ensino médio e com a cor/raça dos participantes, sendo a renda familiar a variável mais significativa. Tais resultados se mostram relevantes para a necessidade de melhorias nas políticas e ações afirmativas, visando reduzir a desigualdade educacional de oportunidades no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Políticas afirmativas; ENEM; Cotas; Ensino superior; Desigualdade educacional.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, diferentes grupos são historicamente marginalizados e seus membros mais vulneráveis excluídos do exercício da cidadania (BATISTA, 2015; FERREIRA, 2020). No que tange a educação, as desigualdades sociais e educacionais vinham se retroalimentando de forma cíclica com a existência de um sistema meritocrático de acesso e permanência na educação superior, em que grupos historicamente desfavorecidos competiam em uma relação de desigualdade com indivíduos detentores de capital cultural mais elevado (LUZ et al., 2019, p.8).

Com o propósito de combater as desigualdades acumuladas por décadas, a partir dos anos 2000 começaram a ser implantadas políticas afirmativas no ensino superior brasileiro (BATISTA, 2015; FERREIRA, 2020). Nos anos que se seguiram, diversas políticas e ações afirmativas surgiram,

¹Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre. E-mail: donizeti.souza@ifsuldeminas.edu.br.

²Discente, IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre. E-mail: maria.damasceno@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

³Discente, IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre. E-mail: laisl.paula@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

⁴Discente, IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre. E-mail: iaramacedo9136@gmail.com.

⁵Discente, IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre. E-mail: thamyris.losker@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

⁶Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre. E-mail: thiago.souza@ifsuldeminas.edu.br.

culminando na aprovação da Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012, e no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, aos quais regulamentaram as reservas de vagas em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes de escolas públicas de baixa renda, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (BRASIL, 2012; FERREIRA, 2020). Desde então, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) representa um dos principais meios para o acesso ao ensino superior, reconstruindo políticas públicas de ações reparatórias, ligada a reserva de vagas a grupos mais vulneráveis, visando a redução da desigualdade de acessos ao ensino superior no Brasil (FERNANDES DE ALBUQUERQUE, 2020).

Políticas públicas de ações afirmativas se constituem como mecanismos que promovem melhorias sociais em prol de classes menos favorecidas historicamente e têm se mostrado uma alternativa eficiente para a promoção de uma competição em condições desiguais, visando reduzir o problema da desigualdade educacional no Brasil (LUZ et al., 2019, p.8).

Sabe-se que a discrepância da situação socioeconômica tem forte relação com o desempenho escolar. Estudantes de classe alta, na qual a maioria são brancos e tiveram seu ensino na rede privada com acessos a cursos preparatórios e uma boa educação básica, geralmente obtêm melhores desempenhos no ENEM. Já estudantes de grupos vulneráveis, como pretos, pardos e indígenas, que enfrentam questões sociais-históricas, geralmente não possuem as mesmas oportunidades de obter um resultado semelhante (SUMIYA, 2020).

Neste sentido, o objetivo deste estudo é comparar o desempenho de estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais no ENEM, além de ressaltar a necessidade das ações afirmativas como importante instrumento de inclusão social através da educação. O estudo se justifica pela necessidade de melhorias das políticas afirmativas, pois quando analisadas não se mostram suficientes para erradicar os problemas que refletem a situação da educação atual no Brasil e que ainda limita grupos vulneráveis, contribuindo para a desigualdade educacional brasileira.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo parte de uma análise documental por meio dos Microdados do ENEM 2020, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, composto por 1.048.575 respondentes. Dentre as variáveis selecionadas para a análise, o estudo considerou a cor/raça declarada pelos respondentes, o tipo de escola frequentada durante o ensino médio, a renda familiar declarada (variáveis independentes) e as notas dos participantes no ENEM (variável dependente). O estudo desconsiderou os candidatos que não declararam suas respostas, assim como os dados “*missing*” e outras variáveis presentes nos Microdados do ENEM 2020 não pertinentes ao estudo, resultando em uma amostra final para análise de 249.300 participantes.

Para o tratamento dos dados foram utilizadas técnicas estatísticas descritiva, por meio da média de notas por grupos analisados, e multivariada, por meio da análise discriminante, tendo como objetivo comparar o desempenho de estudantes nas notas do ENEM em relação à renda, tipo de escola em que cursou o ensino médio e a cor/raça declarada pelos participantes. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de cunho descritivo, na qual assume uma abordagem quantitativa por meio da análise das respostas presentes nos Microdados do ENEM 2020.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando o desempenho dos estudantes em relação à renda, tipo de escola e cor/raça, a análise discriminante indicou que a variável renda é a que mais impacta na nota, seguida pelo tipo de escola (pública ou privada) e, por fim, cor e raça. A análise discriminante ainda indicou nível de significância de 1% pelo teste F em todas as variáveis analisadas.

Em relação à variável renda, percebe-se que alunos com renda acima de R\$20.900,00 alcançaram nota média de 672,9 no ENEM, enquanto alunos sem renda alcançaram média de 476,4. Isso representa uma variação de 41,25% entre os dois extremos das faixas de renda analisadas em relação à nota média final do ENEM.

Percebe-se, ainda, que quanto maior a renda familiar dos estudantes, maior a nota média no ENEM. Tais resultados indicam que a renda dos participantes influencia no seu desempenho, reforçando a importância das políticas e ações afirmativas para reduzir as desigualdades de oportunidades de acesso à educação superior para estudantes de baixa renda.

Em relação ao tipo de escola em que os participantes cursaram o ensino médio, percebe-se que os estudantes oriundos de escolas públicas alcançaram nota média de 521,6 no ENEM, enquanto os estudantes oriundos de escolas privadas alcançaram nota média de 622,8. Isso representa uma variação de 19,4% entre os tipos de escolas em que os participantes cursaram o ensino médio em relação à nota média final do ENEM. Tais resultados indicam que o tipo de escola dos participantes também influencia no seu desempenho, reforçando a importância das políticas e ações afirmativas para estudantes oriundos de escolas públicas.

Por fim, analisando o desempenho dos participantes em relação a sua cor e raça declarada, percebe-se que há diferenças significativas entre brancos com indígenas, pretos e pardos. Participantes declarados brancos tiveram desempenho 17,6% superior que participantes declarados indígenas, 10,9% superior a participantes declarados pretos e 9,7% superior a participantes declarados pardos. Ainda que em menor proporção, tais resultados indicam que a cor/raça dos participantes influencia no desempenho do ENEM, reforçando a importância das políticas e ações afirmativas para reduzir as desigualdades de oportunidades de acesso à educação superior para estudantes indígenas, pretos e pardos, quando comparados a participantes brancos.

4. CONCLUSÕES

Os resultados obtidos com o estudo permitem concluir que o desempenho no ENEM possui relação com a renda familiar, com o tipo de escola do ensino médio e com a cor/raça dos participantes. Dessas três variáveis, a análise discriminante indicou que o fator renda é o que mais influencia na comparação sobre o desempenho dos participantes, alcançando uma diferença de 41,25% entre os de alta renda com aqueles sem renda familiar. O tipo de escola em que o participante cursou o ensino médio também influencia, uma vez que estudantes em escolas particulares apresentaram média 19,4% superior aos estudantes de escolas públicas. Por fim, o estudo também indicou que a cor/raça influencia no desempenho, já que participantes brancos apresentaram desempenhos superiores a participantes indígenas (17,6% superior), negros (10,9% superior) e pardos (9,7% superior).

Considerando que o desempenho no ENEM representa o principal meio para o acesso dos estudantes ao ensino superior, tais resultados se mostram relevantes, pois destaca a importância das políticas e ações afirmativas para diminuir as desigualdades educacionais históricas a grupos mais vulneráveis. Se por um lado, o Brasil já obteve avanços significativos nas duas últimas décadas, a manutenção e o aprimoramento das políticas públicas de ações afirmativas se mostram necessárias, pois podem promover melhorias sociais em prol de classes menos favorecidas historicamente e têm se mostrado uma alternativa eficiente para a promoção de uma competição em condições desiguais, especialmente no ensino superior (LUZ et al., 2019).

REFERÊNCIAS

BATISTA, N. C. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 86, p. 95-128, 2015.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Brasília, DF, 2012.

FERNANDES DE ALBUQUERQUE, R. L. ENEM durante a pandemia? Um estudo de caso das percepções de docentes da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro sobre a realização do ENEM 2020. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 23, p. 1–6, 2020.

FERREIRA, N. T. Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

LUZ, S. S.; CUNHA, P.; PINHEIRO, R.; SILVA, A. R.; AMANTE, C. J. Desigualdades educacionais e políticas afirmativas na gestão universitária. **XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, Florianópolis, Santa Catarina, 2019.

SUMIYA, L. A. **Desigualdade educacional**. Observatório das desigualdades, 2020. Disponível em: <<https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12616>>, acesso em 20 de agosto de 2022.